

## **Posicionamento do setor de Sociologia da Educação, referente ao ensino remoto emergencial**

Car@s colegas da Faculdade de Educação,

em reunião por videoconferência, realizada para discussão de assuntos internos, o setor de Sociologia da Educação do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE) abordou a questão da eventual retomada das atividades de ensino sob a forma remota, dado o horizonte que vem se delineando, de extensão temporal das medidas de isolamento necessárias ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. Diante do momento de discussão sobre o tema vivido tanto na Faculdade quanto na UFMG de modo geral, pareceu-nos importante trazer a público nosso posicionamento, construído de modo consensual entre os presentes e favorável à retomada do semestre letivo via ensino remoto, em caráter emergencial, feitas as seguintes considerações:

1. A expressão “caráter emergencial”, no parágrafo acima e neste documento como um todo, visa unicamente a ressaltar que não se trata de uma opção pela educação a distância como modalidade de ensino, mas de busca de alternativas temporárias para a continuidade das atividades letivas, em um cenário no qual suas possibilidades de realização no modelo presencial se mostram exíguas, tanto no momento presente quanto, ao que tudo indica, por muitos meses ainda. Em hipótese alguma o adjetivo “emergencial” deve ser interpretado como indicativo de imprudência e improviso. Ao contrário, um planejamento cuidadoso, que leve em conta as diversas dimensões da questão e as condições e concepções dos envolvidos, torna-se fundamental para assegurar a qualidade das práticas pedagógicas e a equidade na sua realização. Nesse sentido, parece-nos que essa preparação deve ser iniciada o quanto antes.
2. Ressaltamos a quantidade, a diversidade e a relevância das atividades que continuaram e continuam a ser desenvolvidas por docentes e funcionários no período de suspensão das atividades presenciais. Entretanto, avaliamos que, sendo o ensino uma das atividades-fim da Universidade - por meio da qual atingimos diretamente milhares de pessoas, fazendo-nos presentes na sua vida cotidiana, nos seus projetos de futuro e nos de seus grupos familiares -, a sua suspensão por tempo longo e indeterminado pode transmitir a mensagem de que não atribuímos a ele uma justa prioridade. Tal mensagem, além de ser ela mesma motivo de preocupação, já que representa o contrário daquilo em que acreditamos, traz consigo um risco político que não nos parece prudente minimizar.
3. Vivemos, sem dúvida, um momento sensível e extremamente desafiador para toda a sociedade, especialmente a brasileira, na qual diferentes “crises” se somam e se retroalimentam. Se as crises sanitária, política, institucional e econômica exigem (e também minam) energias de todos, existe também uma crise educacional sem precedentes, à qual, pela profissionalidade que

abraçamos, sentimo-nos chamados a construir respostas. A educação formal é um dos setores mais fortemente impactados pela pandemia e em todo o mundo buscaram-se alternativas face ao fechamento de estabelecimentos, da educação infantil ao ensino superior. Diante das condições impostas pela crise sanitária, tais alternativas têm passado, necessariamente, pela implementação de algum tipo de atividade remota, mas devem incluir, também, a construção de critérios que levem em conta os sujeitos e os processos que estão vivenciando. Como professores e pesquisadores de uma Faculdade de Educação, acreditamos que essa empreitada nos concerne de maneira especial. Importa lembrar que, face às demandas por atividades de ensino complementares e alternativas ao ensino presencial, a Faculdade de Educação tem gestado um conjunto de experiências pedagógicas que podem, nesse momento, somar-se às formas de ensino que demandem uso de tecnologias digitais. As pedagogias concebidas na educação popular, na educação do campo, educação indígena, dentre outros espaços educativos, têm lugar central nesse debate.

4. O risco de acirramento das desigualdades educacionais é, a nosso ver, uma das maiores e mais legítimas preocupações em relação ao ensino remoto. A implantação de atividades remotas, ainda mais feita em caráter emergencial - com um semestre letivo já em andamento, como alternativa possível e não como opção inicial de docentes e discentes - precisa necessariamente ser acompanhada de medidas voltadas para a equidade, dentre as quais a universalização do acesso a tecnologias digitais compatíveis com os formatos a serem adotados. Tal critério tem sido expresso claramente nas diretrizes emanadas da administração central da UFMG, que tem divulgado algumas providências nessa direção, as quais esperamos que venham a ser concretizadas. Isso posto, ressaltamos que manter as atividades de ensino suspensas também não parece ser a melhor forma de buscar equidade. Lembramos que essa suspensão também é vivida em contextos e com perspectivas desiguais pelos estudantes, sendo que, em muitos casos, o distanciamento do cotidiano acadêmico pode vir a constituir um fator a mais para a desistência do curso / evasão. Aliás, as desigualdades também não são ausentes no ensino presencial, no qual todos nós já tivemos de lidar com alunos que por vezes não comparecem às aulas por falta de recursos para o deslocamento até a Universidade, para a alimentação, por dificuldades em conciliar horário de trabalho com os horários de atividades acadêmicas, por demandas familiares, tais como cuidar dos filhos pequenos, dentre outras situações que, cotidianamente, concorrem para trancamentos, desistências, evasão. Um outro ponto é que, independente do ensino remoto, a falta de acesso a recursos como, por exemplo, computador e internet de qualidade representa um forte desfavorecimento em plena “sociedade da informação” - e quiçá a crise possa ser transformada em oportunidade para uma política de inclusão digital dos estudantes que se encontram nessa condição. Por fim, em um momento no qual universidades em todo o mundo - e não apenas nos países desenvolvidos - investem em tecnologias de ensino e discutem seu uso, a suspensão de atividades letivas por um tempo muito prolongado, sem investimento semelhante, não parece constituir medida capaz de proteger

nossos estudantes, podendo, ao contrário, posicioná-los desfavoravelmente, em seu conjunto.

Do ponto de vista de nosso trabalho docente, não é sem apreensões que vemos a perspectiva da retomada das atividades de ensino por via remota. A falta de experiência de muitos de nós com esse tipo de ensino, a diversidade de demandas a que somos submetidos nesse momento e a incerteza sobre os resultados são alguns dos fatores de insegurança. Porém, considerando ser nossa responsabilidade a construção de uma resposta para a questão do ensino - da mesma forma como os mais diversos setores da sociedade estão buscando alternativas para a realização de suas atividades no contexto de isolamento -, estamos dispostos a enfrentar esse desafio e levantamos, em nossa reunião, algumas possibilidades de organização coletiva para fazer frente a tal tarefa. Colocamo-nos à disposição para continuar esse debate junto à comunidade da FaE.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2020

Bréscia França Nonato  
Cláudio Marques Martins Nogueira  
Guilherme de Alcantara  
João Valdir Alves de Souza  
Licínia Maria Corrêa  
Maria Alice de Lima Gomes Nogueira  
Maria Amália de Almeida Cunha  
Priscila de Oliveira Coutinho  
Tânia de Freitas Resende

Nota: Os professores Frederico Assis Cardoso e Juliana Batista dos Reis não participaram da reunião por estarem afastados, respectivamente, para pós-doutorado e para licença-maternidade.

